Revista Científica
Integr@ção
Patos – Paraíba
http://integr@cao.unifip.edu.br

ARTIGO ORIGINAL

PROGRAMAS DE NUTRIÇÃO NAS ESCOLAS

Adiene Silva Araújo Melo[1]

1 CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS - UNIFIP

RESUMO

A importância da implantação de programas direcionados a alimentação saudável e nutrição nas escolas concerne a estratégias que visam contribuir na conduta do indivíduo diante seus conceitos alimentares. O objetivo do referido trabalho foi de reconhecer o papel que o ambiente escolar representa na formação de hábitos saudáveis, inclusive na infância, ressaltando também a atuação do nutricionista em estimular a implantação de ações educativas que proporcionem qualidade de vida e o bem-estar individual e coletivo. Foi realizado um estudo múltiplo, onde foram consultados periódicos atualizados e uma entrevista com a nutricionista do município de Tuparetama-PE. Os resultados apontam que os programas PSE e PNAE são vivenciados no município, isto direcionando a execução de ações de promoção de saúde na escola e em casa. Constata-se que é fundamental a atuação de professores e profissionais da saúde, principalmente na realização de trabalhos integrados voltados para a segurança alimentar em escolares.

Palavras-chave: Ações governamentais; Alimentação Saudável; Atuação do nutricionista.

ABSTRACT

The importance of implementing programs aimed at healthy food and nutrition in schools concerns the strategies to contribute to the conduct of the individual on their eating concepts. The purpose of that work was to recognize the role that the school environment is the

[1]Egressa do Curso de Bacharelado em Nutrição do Centro Universitário de Patos - UNI FIP
e-mail: adienearaujo@hotmail.com

formation of healthy habits, even in childhood, also highlighting the nutritionist role in encouraging the implementation of educational activities that provide quality of life and well-being individually and collectively. It conducted a multiple study, which were consulted updated journals and an interview with a nutritionist Tuparetama-PE municipality. The results show that the PSE and PNAE programs are experienced in the city, this directing the implementation of health promotion activities at school and at home. It appears that the role of teachers and health professionals is essential, especially in conducting integrated studies related to food safety in school.

Keywords: government actions; Healthy Eating; Nutritionist performance.

1- Introdução

A escola é propícia à aplicação de programas de educação em saúde em larga escala, incluindo programas de educação nutricional. Estes devem consistir em processos ativos, lúdicos e interativos, que favoreçam mudanças de atitudes e das práticas alimentares (SCHMITZ, 2008). Sendo assim, a implementação de práticas que promovam a alimentação saudável é fundamental para que os escolares tenham bons hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2007).

Na perspectiva de promover a relação entre educação e nutrição na escola o Ministério da Saúde salienta que: de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, é necessário incentivar o espaço escolar como ambiente para a educação nutricional de crianças, a fim de contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis, além de inserir a alimentação e nutrição no conteúdo programático nos diferentes níveis de ensino (BRASIL, 2012).

Costa (2001) salienta que:A implantação de programas governamentais nas escolas relacionados à alimentação saudável e a promoção da saúde são ações que visam contribuir na qualidade de vida dos estudantes, enfatizando conhecimentos que devem ser aprendidos no ambiente escolar desde a infância.Os programas em execução atualmente e que merecem destaque são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) iniciado em 1955 e o Programa Saúde na Escola (PSE) instituído em 2007.

De acordo com a 1ª diretriz do PNAE a Lei nº 11.947, em seu Art. 13, define: I - o emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar,

em conformidade com a faixa etária, o sexo, a atividade física e o estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (EDUCAÇÃO, FNDE, 2008).

A escola contemplada pelo PSE deve funcionar de modo que as atividades em saúde a serem desenvolvidas devam fazer parte do projeto político-pedagógico escolar, atendendo às expectativas dos professores e, principalmente, dos educandos. As temáticas a serem trabalhadas pelo PSE devem ser debatidas em sala de aula pelos professores, assessorados/orientados pelo pessoal da saúde ou diretamente por profissionais de saúde previamente agendados e com o apoio dos professores. Essa preparação dos educandos no cotidiano da escola pode implicar a participação desde o agendamento e organização das atividades e/ou durante a realização delas (BRASIL, 2011).

Com a necessidade de analisar a importância de vivenciar os programas e ações governamentais direcionadas a alimentação saudável e nutrição nas escolas, o objetivo do referido trabalho foi de reconhecer o papel que o ambiente escolar representa na formação de hábitos saudáveis, inclusive na infância, ressaltando também a atuação do nutricionista nessa conduta de estimular a implantação de ações educativas que proporcionem qualidade de vida e o bem estar individual e coletivo.

2- Revisão de Literatura

Para aquisição dos gêneros alimentícios utilizados nas escolas, deverão ser investidos no mínimo 30% para a compra de alimentos oriundos da Agricultura Familiar, mantendo dessa forma a qualidade da merenda e proporcionando a sustentabilidade dos produtores familiares rurais. Para a efetuação da venda é necessário ter o Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural onde os produtos a serem oferecidos devem priorizar alimentos orgânicos/agroecológicos. Sobre isso, de acordo com a Lei nº 11.947 em seus artigos 18 e 22, a respeito da aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, explica que:

> Art. 18. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o artigo 14, da Lei n° 11.947/2009 [...] Conforme o Art. 22. Os fornecedores serão Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais, detentores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP Física e/ou Jurídica, conforme a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e enquadrados no Programa Nacional de

> Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, organizados em grupos formais e/ou informais (EDUCAÇÃO, FNDE, 2008, p. 9 e 10).

Segundo Costa (2001): Desse modo, o PNAE pode ser considerado também um instrumento pedagógico, não apenas por fornecer uma parte dos nutrientes que o escolar necessita diariamente, mas também por se constituir em espaço educativo melhor explorado, quando, por exemplo, estimula a integração de temas relativos à nutrição ao currículo escolar [...]. O Programa de Alimentação Escolar se revela, assim, como um espaço propício para desenvolver atividades de promoção da saúde, produção de conhecimentos e de aprendizagem na escola.

2.1 - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

De acordo com o Ministério da Educação, a escola deve elaborar estratégias que viabilizem o estudo voltado à educação nutricional dentro da sala de aula, considerando que compete ao Ministério da Educação propor ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem dentro da perspectiva do desenvolvimento de práticas saudáveis de vida e da segurança alimentar e nutricional, conforme disposto Lei n° 11.947, de 16 de junho de 20097/2009, em seu art. 15; (EDUCAÇÃO, FNDE, 2008).

Com a necessidade de vivenciar os princípios da nutrição na escola, criou-se ações que atendesse diretamente esses requisitos, como afirma o Ministério da Educação (2008):

> Na década de 50, foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, que, pela primeira vez, estruturava um programa de merenda escolar, em âmbito nacional, sob responsabilidade pública. Desse plano original, apenas o programa de alimentação escolar sobreviveu, contando com o apoio do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), hoje denominado Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituía a Campanha de Merenda Escolar, subordinada ao Ministério da Educação. Dos anos 50 até o final dos anos 70, a merenda escolar passou por momentos de reorganização, recebendo, inclusive, apoio do Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ ONU). Somente em 1979 foi dada ao programa a denominação de Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (BRASIL, MEC, 2008, p.25 e 26).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é um dos mais antigos programas públicos de suplementação alimentar, destacando-se pela continuidade, dimensão e pelos expressivos investimentos. (DANELON, DANELON e SILVA, 2006).

Sobre isso Chaves (2006) declara que: Desde 1998, o PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é uma autarquia do Ministério da Educação (MEC). E tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos estudantes, durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar.

Conforme as ações de Alimentação e Nutrição na Escola a Lei nº 11.947, em seu Art. 13, define que: para fins do Programa Nacional de Alimentação Escolar, será considerada educação alimentar e nutricional o conjunto de ações formativas que objetivam estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo. (EDUCAÇÃO, FNDE, 2008).

No contexto escolar, o educador deve repensar sua metodologia baseada em ações de promoção de saúde e qualidade de vida, focando a alimentação saudável. Dessa forma, ainda conforme a Lei Nº 11.947, segundo § 1º: São consideradas, entre outras, estratégias de educação alimentar e nutricional: a oferta da alimentação saudável na escola, a implantação e manutenção de hortas escolares pedagógicas, a inserção do tema alimentação saudável no currículo escolar, a realização de oficinas culinárias experimentais com os alunos, a formação da comunidade escolar, bem como o desenvolvimento de tecnologias sociais que a beneficiem (EDUCAÇÃO, FNDE, 2008).

Nesse contexto, Danelon, Danelon e Silva (2006), comentam que: Merece destaque o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), presente na totalidade das escolas públicas do país como um serviço ao qual poderiam ser incorporadas estratégias de intervenção, com vistas ao reconhecimento e consolidação de hábitos alimentares saudáveis. Não é possível ignorar, também, a importância de orientar os alunos sobre os alimentos que são comercializados nas cantinas, frequentemente presentes nas escolas.

Sendo assim, percebe-se a necessidade de formar uma nova concepção nos alunos, onde os mesmos possam compreender que a adoção de hábitos saudáveis deve iniciar desde a infância e com isso, passando a reconhecer os perigos contidos nos alimentos industrializados, como salienta Danelon, Danelon e Silva (2006): Não é possível ignorar a importância de orientar os alunos sobre os atributos dos alimentos que são comercializados nesses estabelecimentos (cantinas), frequentemente com elevada densidade energética, como é o caso de balas, lanches, salgados do tipo *chips*, refrigerantes e doces. Não se deve esquecer que a presença desses dois tipos de serviços (distribuição da merenda escolar e comercialização de alimentos pelas cantinas), possivelmente, gera dificuldades para que os escolares selecionem,

de maneira mais adequada, os alimentos que devem integrar sua pauta alimentar (DANELON, DANELON e SILVA, 2006).

O PNAE é uma das políticas públicas mais consistentes no Brasil, considerando-se sua perenidade em 2005 completou 50 anos ininterruptos de existência e cobertura, por atender a todos os escolares e pré-escolares da rede pública de ensino (DOMENE, 2008). O PNAE é considerado, de fato, um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo, por ser o único com atendimento universalizado, ou seja, atende a todos os alunos matriculados nas escolas públicas, da creche ao ensino fundamental, indiferentemente de classe, cor ou religião (BRASIL, MEC, 2008).

2.2 - Programa Saúde na Escola (PSE)

O Programa Saúde na Escola (PSE), do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, foi instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286. Fruto do esforço do governo federal em construir políticas intersetoriais para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Nesse contexto, as políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira estão unindo-se para promover o desenvolvimento pleno desse público (BRASIL, 2011).

De acordo com Castro (2011): O PSE centraliza áreas temáticas, prevendo a articulação de diversas ações que devem ocorrer de forma concomitante. São elas: avaliação clínica e psicossocial, promoção da alimentação saudável, promoção da atividade física, educação para a saúde sexual e reprodutiva, prevenção ao uso do álcool, tabaco e outras drogas e promoção da Cultura de Paz e prevenção das violências e acidentes.

A atuação do professor é imprescindível para a construção de uma nova concepção em seus alunos, sendo que o mesmo deve incluir em sua metodologia atividades voltadas para a educação nutricional. Sobre isso, o Ministério da Saúde (2011) afirma que:A escola é um espaço privilegiado para práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos à saúde e de doenças. A articulação entre escola e unidade de saúde é, portanto, uma importante demanda do Programa Saúde na Escola [...]. As ações do PSE, em todas as dimensões, devem estar inseridas no projeto político-pedagógico da escola, levando-se em consideração o respeito à competência político executiva dos Estados e municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País e à autonomia dos educadores e das equipes pedagógicas (BRASIL, 2011).

O PSE tem um papel importante no monitoramento e a avaliação da saúde dos estudantes por intermédio da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), em parceria com o IBGE, e a Pesquisa sobre o Encarte Saúde no Censo escolar (Censo da Educação Básica) elaborado e aplicado no contexto do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, desde 2005 (FERREIRA, 2012a). O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino (BRASIL, 2011).

Para a implementação das ações previstas no PSE, são essenciais os processos de formação inicial e continuada de profissionais das duas áreas, já previstos pelas políticas de saúde e educação. O programa prevê a responsabilidade dos ministérios em subsidiar a formulação das propostas de educação permanente dos profissionais de saúde e da educação básica para implementação das ações do PSE (BRASIL, 2011).

O PSE é implantado através da adesão do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, obedecendo alguns critérios do programa, inclusive escolas que apresentam certas vulnerabilidades, que atendam uma grande quantidade de famílias que são beneficiárias do Bolsa Família, que são participantes do Programa Mais Educação e também considerando a média do IDEB, sobre isso Castro (2011) e Ferreira (2012b) declaram que:

Segundo orientação do Governo Federal, o PSE deverá ser implantado por meio da adesão dos municípios que tiverem implantado equipes de Saúde da Família, conforme as normaspreconizadas pela Política Nacional de Atenção Básica, articuladoscom os Estados e Distrito Federal. Para o Governo Federal, Programa Saúde na Família (PSF) vem obtendo sucesso devido ao pacto efetuado entre os entes federados e todas as esferas da sociedade, as quais levam em consideração as culturas e as especificidades de cada localidade em que o PSF atua. (CASTRO, 2011). Em relação à adesão ao PSE, é formalizada pelo MS, segundo os critérios do Programa que prioriza escolas mais vulneráveis, considerando o IDEB e a cobertura das ESF, bem como a participação no Programa Mais Educação. A seleção das escolas deve ser definida pelos Secretários Estaduais e Municipais de Educação e de Saúde (FERREIRA, 2012b).

Os Grupos de Trabalho Intersetoriais (GTIs) são responsáveis de desempenhar funções específicas de cada grupo, onde os mesmos são divididos em: GTI Municipal, GTI Estadual e GTI Federal e por meio destes compete definir, contribuir e subsidiar as ações definidas para cada esfera administrativa, dessa forma, o Ministério da Saúde (2011) afirma que: A proposta de coordenação do PSE por meio dos Grupos de Trabalho Intersetoriais é centrada na gestão

compartilhada, numa construção em que tanto o planejamento quanto a execução das ações são realizados, coletivamente, de forma a atender às necessidades e demandas locais. As decisões são compartilhadas por meio de análises e avaliações construídas intersetorialmente. O trabalho no GTI pressupõe, dessa forma, interação com troca de saberes, poderes e afetos entre profissionais da saúde e da educação, educandos, comunidade e demais redes sociais. (BRASIL, 2011).

3- Material e Métodos

O presente trabalho baseou-se tanto em pesquisa bibliográfica quanto de campo, como segue.

A revisão bibliográfica foi realizada a partir de dados obtidos em estudos sobre promoção da saúde e os principais programas governamentais voltados para a nutrição e hábitos saudáveis nas escolas realizados nos últimos anos no Brasil, onde foram consultados autores especialistas na área, tais como: Castro (2011), Chaves (2006), Costa (2001), Danelon e Danelon (2006), resultados publicados pelo Ministério da Saúde (BRASIL. Ministério da Saúde, 2011) e pelo Ministério da Educação (BRASIL. Ministério da Educação, 2008).

A pesquisa de campo foi realizada através de entrevista oral a nutricionista do município de Tuparetama-PE. O mesmo está a uma altitude de 560 m da sede, apresentando uma área de 179 km², densidade demográfica de 44,38 hab./km² e Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0,662. Os limites municipais de Tuparetama são: ao Norte com São José do Egito, ao Sul com Iguaracy, ao Leste com o Estado da Paraíba e a Oeste com Ingazeira e Iguaracy (IBGE, 2010), como consta na figura 1.



Figura 1: Mapa do município de Tuparetama-PE e limites

Tuparetama dispõe apenas de uma nutricionista para atender às escolas municipais e os postos de saúde, sendo que ainda não há programas específicos para o tratamento dos principais distúrbios nutricionais, como a obesidade e a desnutrição.

4- Resultados e Discussões

O município de Tuparetama conta com a atuação dos programas PSE e PNAE, onde os mesmos direcionam para a execução de estratégias de qualidade de vida, ações de saúde na escola e também planos de oferta de uma merenda saudável e totalmente isenta de agrotóxicos, sendo que atualmente esse percentual é de 30%, respectivamente.

Segundo a nutricionista do município, as atividades educativas relacionadas à saúde são elaboradas juntamente com os profissionais de saúde, inclusive com a nutricionista, construindo ações a serem trabalhadas e desenvolvidas durante o ano letivo, sendo que a cada ação concluída são escritos relatórios com os resultados alcançados e enviados para as Secretarias de Saúde e Educação de Tuparetama, onde a partir destes resultados são traçadas metas e possíveis encaminhamentos para buscar solucionar tais problemas encontrados. Neste enfoque, o Ministério da Saúde afirma que, estratégias pedagógicas podem ser sugeridas ou enriquecidas tanto pelos profissionais de saúde quanto de educação para que sejam analisadas pelo setor da educação e estejam coerentes com os fundamentos e pressupostos de aprendizagem adotados e aceitos, caracterizando uma ação conjunta, de maneira que sejam

respeitadas as competências próprias de cada setor, assim como suas estratégias de atuação no que concerne sua área técnica por excelência (BRASIL, 2011).

O referido município também atua com o PSE, onde este executa diretamente no ambiente escolar práticas voltadas para a promoção da saúde, destacando áreas temáticas, como: Avaliação Clínica e Psicossocial, Ações de Promoção da Saúde e Prevenção de doenças e agravos, dentro dessas áreas algumas ações são estratégicas para a promoção da saúde na escola, são elas: Promoção da Alimentação Saudável; Promoção da atividade física; Educação para a saúde sexual e reprodutiva; Prevenção ao uso do álcool, tabaco e outras drogas; Promoção da Cultura de Paz e prevenção das violências e acidentes, afirmando a nutricionista.

O nutricionista, por ser o profissional especializado na área da alimentação adequada, deve desenvolver projetos juntamente com os educadores sobre práticas que estimulem os alunos a adquirir uma vida mais ativa, diminuindo os lanches gordurosos, as refeições prontas e os jogos eletrônicos, aderindo então, alimentos saudáveis e a prática de exercícios físicos diariamente, ressaltando a entrevistada.

Dessa forma Iuliano, Mancuso e Gambardella (2009) consideram que: O nutricionista, enquanto profissional competente para realizar educação nutricional e responsável técnico pela execução do PNAE deve planejar atividades educativas considerando não só as vertentes que influenciam a alimentação, mas os aspectos do desenvolvimento humano da população-alvo, a realidade na qual está inserida e os estímulos adequados, a fim de obter sucesso nos objetivos educativos e promover alimentação saudável.

A atuação do nutricionista deve abranger os diversos aspectos ligados à promoção da saúde, fomentando estratégias que levem o aluno a avaliar a própria educação nutricional, apontando e identificando os hábitos corretos, errados e as possíveis mudanças que precisam ser adotadas para a obtenção de um melhor padrão de vida, assegurando bem estar e a manutenção do peso adequado, explica a nutricionista.

5- Considerações Finais

Os resultados da pesquisa direcionam para uma reflexão criteriosa sobre a importância dos educadores na contribuição para a formação de hábitos nutricionais adequados e a participação que exercem na preparação dos alunos sobre conceitos básicos relacionados à

alimentação saudável, à atividade física, e ao bem-estar físico, psicológico e social do indivíduo.

No presente estudo diagnosticou-se que a implantação de programas governamentais nas escolas que viabilizem a necessidade de abordar e vivenciar temáticas que enfoquem a alimentação saudável, os princípios da nutrição e a promoção da saúde, como subsídios que favorecem uma melhor qualidade de vida.

A partir da entrevista realizada com a nutricionista constatou-se que o município de Tuparetama segue rigorosamente as ações propostas pelos programas PNAE e PSE, levando em consideração a elaboração de estratégias integradas, entre professores e profissionais da saúde, traçando metas para atuarem conjuntamente na inserção de diretrizes e princípios voltados para a nutrição e a segurança alimentar em escolares.

Diante destes resultados, ressalta-se a importância de vivenciar práticas de promoção de saúde na escola, visando à execução de ações que promovam a qualidade de vida dos alunos, inclusive no eu se refere ao incentivo de hábitos alimentares saudáveis, bem como o monitoramento da saúde dos alunos regularmente.

6- Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Formação pela Escola: Módulo PNAE.** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação a Distância – 2.ed., atual. – Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE, nº 38, de 16 de julho de 2009,** Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Módulo 11: Alimentação saudável e sustentável.** / Eliane Said Dutra... [et al.]. – Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Instrutivo PSE** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

CASTRO, A. S. de A. Análise do Programa Saúde na Escola (PSE) como política pública educacional no âmbito intersetorial: focalizando a anemia falciforme. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 44, p. 99-111, jan./jun. 2011.

CHAVES, L. G. **Políticas de Alimentação Escolar** / Lorena Gonçalves Chaves e Rafaela Ribeiro de Brito – Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006.

COSTA, E. de Q. RIBEIRO, V. M. B. RIBEIRO, E. C. de O. Programa de Alimentação Escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Rev. Nutr., Campinas,** 14(3): 225-229, set./dez., 2001.

DANELON, M. A. S. DANELON, M. S. SILVA, M. V. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. **Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas,** 13(1): 85-94, 2006.

DOMENE, S. M. Á. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 19, n. 4, dez. 2008.

FERREIRA, I. do R. C. VOSGERAU, D. S. R. MOYSÉS, S. J. MOYSÉS, S. T. Diplomas Normativos do Programa Saúde na Escola: análise de conteúdo associada à ferramenta ATLAS TI. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(12): 3385-3398, 2012a.

FERREIRA, M. A. **Educação e Promoção da Saúde nas Escolas do Município de Serra Talhada - PE**. Monografia (Curso de Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde) - Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2012b.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** IBGE, 2010.

IULIANO, B. A. MANCUSO, A. M. C. GAMBARDELLA, A. M. D. Educação nutricional em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos-SP. **O Mundo da Saúde**, São Paulo: 2009; 33(3): 264-272.

SCHMITZ, B. A. S. RECINE, E. CARDOSO, G. T. SILVA, J. R. M. da. AMORIM, N. F. de A. BERNARDON, R. RODRIGUES, M. de L. C. F. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar.**Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24 Sup 2:S312-S322, 2008.